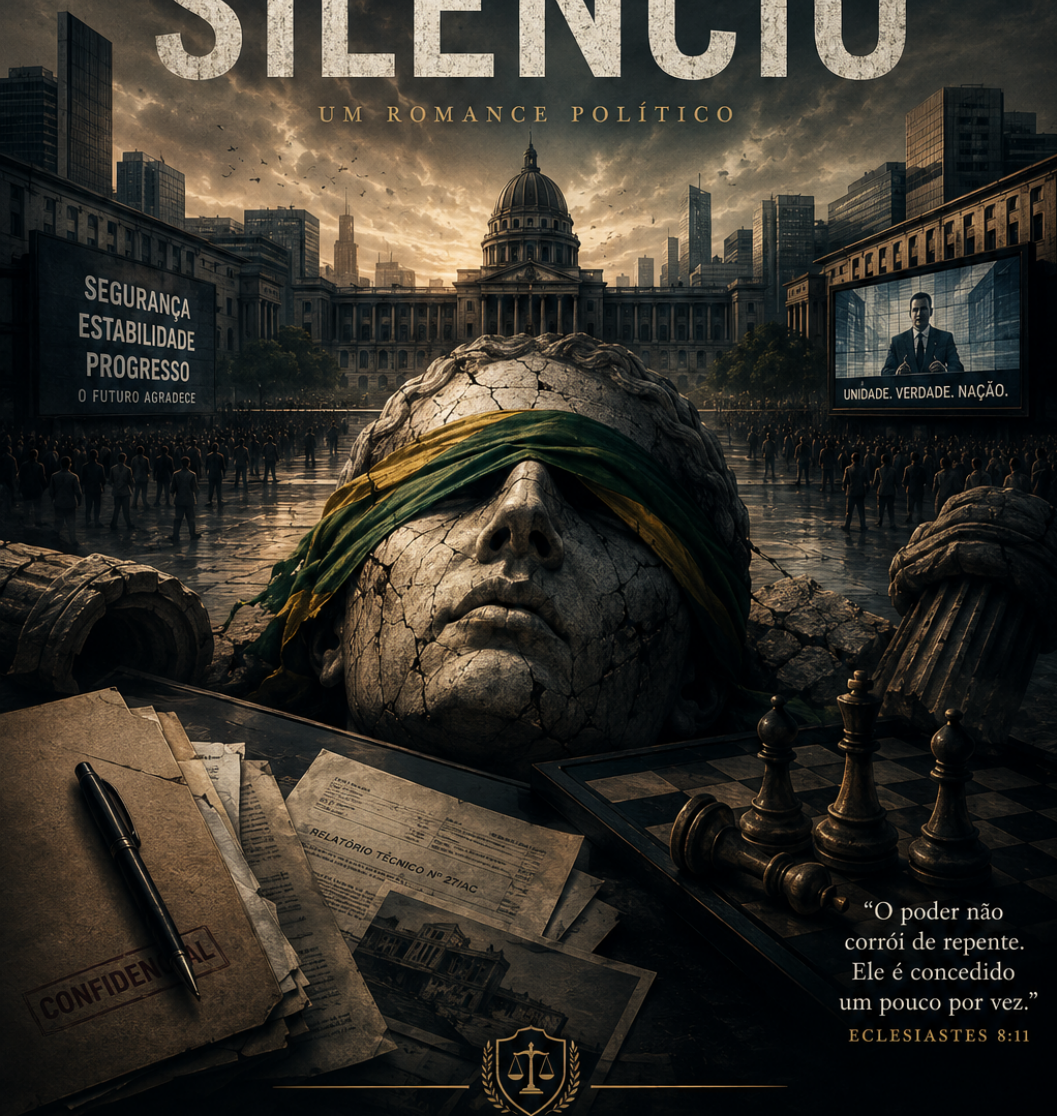


COMO UMA NAÇÃO LIVRE
ENTREGOU SUA LIBERDADE SEM PERCEBER.

A REPÚBLICA DO SILÊNCIO

UM ROMANCE POLÍTICO



“O poder não
corrói de repente.
Ele é concedido
um pouco por vez.”

ECLESIASTES 8:11

Sumário

1	Prefácio	3
2	A REPÚBLICA DO SILÊNCIO	5
2.1	<i>Ficção política sobre transparência e silêncio institucional</i>	5
3	Capítulo 1 — O País que Todos Admiravam	10
4	Amostra Grátis Concluída	19

1 *Prefácio*

Há um tipo de silêncio que ninguém percebe porque não soa como ausência de som.

É o barulho das máquinas de café nos escritórios públicos, o zumbido uniforme dos aparelhos de ar-condicionado nos corredores de mármore do Parlamento, o farfalhar contínuo de relatórios que ninguém lerá, o estalo mecânico de carimbos sobre papéis oficiais que ninguém ousará contestar. É o ruído de fundo de uma sociedade que se orgulha de estar funcionando perfeitamente.

E é nele — nesse murmúrio inofensivo, confortável e anestesiante — que as democracias aprendem a morrer.

Kestern sempre pareceu imune ao declínio. Protegida por montanhas austeras, banhada por rios límpidos e enriquecida por um comércio vigoroso, trazia uma marca que seus estadistas gostavam de exibir nas capitais estrangeiras: uma população trabalhadora, ordeira, habituada a encher as catedrais e os templos aos domingos e a invocar a bênção divina em cada solenidade cívica. Nas praças centrais, os sinos ainda dobravam no meio da tarde, lembrando um tempo em que a honra, a integridade da palavra e a verdade sustentavam a ordem pública.

No entanto, no frontispício do imponente edifício do Arquivo Nacional, uma inscrição gravada em granito escuro pelas primeiras gerações da república começara a ser tragada pela poeira do esquecimento:



*“Nenhuma nação permanece maior do que a verdade
que está disposta a obedecer.”*

A ruína de uma nação livre raramente começa com o estrondo de canhões ou a marcha espetacular de botas militares nas avenidas. Começa quando homens comuns, juízes respeitados, jornalistas premiados e cidadãos de bem decidem que certas verdades tornaram-se inconvenientes demais para serem sustentadas em público.

Começa quando a estabilidade passa a valer mais do que a justiça. Quando a ordem aparente justifica a fraude discreta. E quando o silêncio diante da injustiça deixa de ser prudência para se tornar a mais lucrativa das cumplicidades.

Esta é a crônica daquele silêncio.

2 *A REPÚBLICA DO SILÊNCIO*

2.1 *Ficção política sobre transparência e silêncio institucional*

YOTSERLAB

YotserLab Editorial

São Paulo • Global

FICHA TÉCNICA

- **Título:** A República do Silêncio
 - **Subtítulo:** Ficção política sobre transparência e silêncio institucional
 - **Autor:** YotserLab
 - **Coordenação Editorial:** YotserLab Editorial
 - **Selo Editorial:** Veritas Yotser Book Stack
 - **Categoria:** Direito / Teoria Geral / Dogmática Jurídica
 - **Projeto Gráfico & Diagramação Digital:** YotserLab Engine v2.1
 - **Edição Digital:** 1ª Edição — 2026
 - **Formato:** eBook (EPUB / PDF)
-

DIREITOS AUTORAIS

© 2026 YotserLab / YotserLab.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida por qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico — incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações — sem a prévia autorização por escrito dos editores, exceto no caso de breves citações incluídas em revisões críticas, estudos ou artigos com a devida atribuição de fonte.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

YotserLab.

A República do Silêncio : Ficção política sobre transparência e s
YotserLab Editorial, 2026.

eBook (EPUB/PDF).

1. Direito. 2. Pesquisa e Crítica.

3. Metodologia e Fundamentação. I. Título. II. Série.

CDD: 340.11

CDU: 340.12



“A justiça é a vontade constante e perpétua de dar
a cada um o que é seu.” — **Ulpiano** (*Digesto 1.1.10*)

NOTA SOBRE FONTES E METODOLOGIA

A fundamentação jurídica desta obra obedece estritamente à hierarquia constitucional e às normas vigentes, distinguindo com precisão a letra da lei positiva, o entendimento jurisprudencial consolidado dos tribunais superiores e as correntes doutrinárias de referência.

Todas as referências normativas refletem o estado da legislação na data de fechamento editorial desta edição.

PROLEGÔMENO: O MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO

Esta obra destina-se ao estudo, à reflexão dogmática e à capacitação analítica sobre institutos jurídicos fundamentais.

Nota de Isenção Profissional: As reflexões doutrinárias e análises de casos aqui apresentadas possuem cunho estritamente acadêmico e formativo, não configurando parecer jurídico, orientação processual ou consultoria advocatícia para situações concretas.

3 *Capítulo 1 — O País que Todos Admiravam*

O despertador de corda tocou às seis e vinte.

Rafael esticou o braço sem abrir os olhos, encontrou o botão metálico na terceira tentativa e deixou a mão pender para fora da cama. O ar no quarto estava gelado — o inverno chegava cedo às colinas de Kestern —, mas ele sabia que, se não se levantasse naquele exato segundo, perderia o bonde das sete e doze e chegaria atrasado ao Arquivo Nacional pelo terceiro dia consecutivo.

Apoiou-se nos cotovelos. A luz acinzentada da manhã filtrava pelas persianas de madeira, riscando o assoalho de tábuas largas em faixas frias. Da cozinha vinha o aroma de café fresco com cardamomo — um perfume quente que atravessava o apartamento antigo como um aviso discreto de que o mundo continuava girando.

— Acordou, Rafael? — a voz de sua mãe ecoou no corredor.

— De pé — respondeu ele, esfregando o rosto com as duas mãos.

Ouviu os passos lentos dela. O apartamento inteiro rangia em resposta — era um edifício do início do século passado, um dos muitos que a prefeitura mantinha intactos no bairro histórico como atestado visual de que a modernização técnica da capital não destruíra suas raízes. Lá fora, além dos telhados de cerâmica alaranjada, os arranha-céus de vidro espelhado do distrito financeiro refletiam as nuvens carregadas da

aurora. Kestern era assim: uma vitrine de equilíbrio invejável entre tradição moral e prosperidade econômica. Ou pelo menos era assim que figurava nos documentários institucionais transmitidos para as embaixadas estrangeiras.

Rafael lavou o rosto na água fria, vestiu a camisa de algodão engomada, o terno cinza discreto e a gravata escura. Quando entrou na cozinha, encontrou Dona Helena junto à mesa de peroba. Ela segurava uma Bíblia antiga de capa gasta. Em Kestern, quase todas as casas guardavam uma Bíblia sobre o aparador da sala, os templos permaneciam cheios aos domingos e o discurso oficial invariavelmente agradecia pela proteção dos céus.

No entanto, nos últimos anos, Rafael notara um silêncio novo crescendo entre os bancos das igrejas. Os sermões falavam cada vez mais de serenidade emocional, prosperidade material e cooperação com o governo. O que pudesse soar desconfortável ou confrontar o ambiente público era cuidadosamente limado antes do culto começar.

— Dormiu mal de novo — disse ela, servindo o café fumegante numa caneca de porcelana.

— Muito processo acumulado no departamento.

— Não é só isso. Ouvi quando você levantou às três da manhã.

Dona Helena olhou para o filho por cima dos óculos. Havia naquela mulher a firmeza serena de quem atravessara a morte do marido e as crises passadas sem perder a compostura, mas um vinco sutil marcava sua testa.

— Tenha cautela com o que você lê e com o que carimba naquele prédio, Rafael. O ambiente anda escorregadio. Na semana passada, o irmão do açougueiro foi notificado pelo Ministério Público porque os mecânicos da oficina dele faziam uma oração antes de ligar as máquinas. Chamaram de 'coação ideológica no ambiente de trabalho'.

Rafael parou com a caneca a meio caminho da boca.

— Uma oficina mecânica de bairro?

— Três rapazes lendo os Salmos antes do turno. Mandaram dois fiscais e aplicaram uma multa que consome o lucro do mês. Dizem que é para manter a 'harmonia do espaço produtivo'.

— É a nova diretriz do Ministério da Estabilidade — comentou Rafael em voz baixa, olhando involuntariamente para a janela. — Dizem que evita atritos entre funcionários.

— Dizem o que for conveniente dizer — respondeu ela, fechando o livro com um toque suave. — Mas você sabe: quando uma sociedade começa a ter vergonha da verdade para agradar a quem manda, o chão sob os pés começa a ceder.

Rafael terminou o café sem responder. Pegou o casaco no cabideiro, beijou a testa da mãe e desceu para a rua.

A caminhada até o ponto de bonde durou dez minutos. A névoa da manhã se condensava sobre os paralelepípedos limpos da Avenida dos Fundadores. Kestern era impecável. As calçadas eram largas, as cas-

tanheiras emolduravam as praças, e os policiais de uniforme cinza cumprimentavam os pedestres com acenos polidos. O trânsito fluía sem sobressaltos.

No bonde das sete e doze, os passageiros viajavam em silêncio. Um homem dois bancos à frente desdobrava o *Diário da República*.

A manchete em letras garrafais anunciava: **"CRESCIMENTO ECONÔMICO ALCANÇA 4,8% — KESTERN LIDERA O ÍNDICE DE ESTABILIDADE DAS NAÇÕES"**

Logo abaixo, em corpo menor: *"Supremo Tribunal de Garantias homologa auditoria final do pleito nacional e declara encerrados todos os recursos da oposição."*

Rafael observou a nota por cima do ombro do passageiro. O pleito ocorrera há seis meses. Fora a eleição mais tensa da história da república. Manifestações imensas haviam tomado as avenidas centrais nas semanas anteriores, uma onda azul e branca convicta de que o resultado nas urnas devolveria a administração aos valores tradicionais.

Mas, na madrugada da apuração, uma virada matemática nas pequenas zonas rurais do interior — onde o sinal de transmissão falhara por quase duas horas — garantira a vitória da situação por uma margem de 0,3%. Quando a oposição pediu a conferência do código-fonte e a checagem dos registros impressos, o Supremo Tribunal decretou segredo de justiça sobre os dados técnicos para "evitar comoção pública" e multou os advogados contestantes por litigância de má-fé contra a ordem institucional.

O assunto morrera ali. Ninguém mais mencionava a madrugada da apuração em voz alta.

O homem no bonde dobrou o jornal, ajeitou a pasta de couro sobre os joelhos e olhou para a janela. O bonde deslizou suavemente pelos trilhos até a estação da Praça da Justiça.

O edifício do Arquivo Nacional era um colosso de concreto aparente e colunas neoclássicas construído nos anos cinquenta. Uma estrutura desenhada para transmitir permanência inabalável. No frontispício de granito, lia-se o lema fundacional: *Justiça, Ordem e Progresso sob a Proteção Divina*.

Rafael passou seu crachá no leitor magnético, cumprimentou o guarda da portaria e subiu até o terceiro andar. Sua sala era um quadrilátero sem janelas, iluminado por lâmpadas fluorescentes que emitiam um zumbido grave e constante. Sobre a mesa de nogueira antiga, três pilhas de pastas aguardavam despacho.

Antes mesmo que ele tirasse o casaco, o senhor Gusmão, chefe do setor de protocolo, surgiu à porta. Era um burocrata com trinta anos de casa — magro, de óculos na ponta do nariz e uma neutralidade mecânica lapidada para nunca expressar opinião.

— Bom dia, Rafael — disse Gusmão, pousando uma pasta espessa de capa vermelha sobre a mesa. — Chegou da Secretaria do Supremo Tribunal. Prioridade máxima.

— Do Supremo? — Rafael franziu a testa. — Nosso departamento recebe apenas atos administrativos ordinários.

— Recebe o que for enviado para arquivamento, Rafael — corrigiu Gusmão com voz branda e impassível. — São as atas de encerramento do pleito eleitoral e as portarias de descarte técnico. Precisam ser indexadas, autenticadas no sistema e guardadas na reserva restrita antes das onze.

— Reserva restrita? Isso significa que saem da consulta pública no catálogo?

Gusmão olhou para o corredor deserto antes de puxar a porta até deixar apenas uma fresta.

— Significa exatamente o que o carimbo diz: acesso restrito a autoridades de nível um. O seu trabalho é checar a paginação, aplicar a chancela digital e levar o lote ao cofre quatro do subsolo. Sem anotações. Sem comentários.

— Mas senhor Gusmão, a lei do Arquivo determina que toda ata de validação eleitoral é pública...

— O regimento mudou na terça-feira, Rafael — cortou Gusmão, sem elevar o tom, mas com um peso de advertência no olhar. — Pela Portaria Conjunta 402. Faça o seu serviço. Descrição é o que mantém um funcionário neste prédio.

Gusmão virou-se e saiu, seus sapatos estalando no linóleo do corredor.

Rafael ficou sozinho. O zumbido da lâmpada no teto parecia preencher todo o espaço. Ele estendeu a mão e abriu a pasta vermelha.

Na primeira página, impressa em papel timbrado oficial, lia-se:
Relatório de Descarte e Inutilização de Logs Técnicos do Sistema Central de Contagem da Província do Sul.

Rafael sentiu a respiração encurtar. Ele começou a ler.

Ao meio-dia, o refeitório do quinto andar estava tomado pelo tilintar de pratos e o murmúrio de dezenas de conversas simultâneas. Rafael sentou-se a uma mesa lateral, perto da janela de vidro que dava para o pátio interno. Pouco depois, Dora, da catalogação de leis, e Henrique, do protocolo de pessoal, puxaram as cadeiras em frente.

— Viram a nota do tribunal? — comentou Dora, ajeitando os talheres.
— Encerraram definitivamente os recursos da eleição. Graças a Deus. Este país precisa virar essa página e focar na economia.

— Mas Dora — interveio Rafael com cautela —, a comissão de peritos da universidade apontou divergências em mais de trezentas mil urnas do modelo antigo no sul. Como encerram sem responder ao laudo?

Dora suspirou, fitando-o com a paciência de quem ensina algo óbvio a uma criança.

— Rafael, governabilidade é pragmatismo. Se o tribunal reabre esse processo, a oposição paralisa o Parlamento, a bolsa desaba e o país

entra em crise. Às vezes, a estabilidade exige que certas dúvidas fiquem para trás em nome da paz.

— Você chama supressão de prova de paz? — perguntou Rafael.

Henrique pigarreou, olhando ao redor com desconforto visível.

— Falem mais baixo, vocês dois. Não viram o que aconteceu com o juiz Mendes na comarca do leste? Aceitou um pedido de conferência física de votos e foi afastado na mesma tarde pelo Conselho de Ética. Teve os vencimentos cortados e agora responde por improbidade administrativa.

— Foi insubordinação — rebateu Dora, sem vacilar. — O Supremo define a linha de segurança nacional. Juiz de primeira instância não tem autoridade para desafiar a estabilidade da nação. A própria Bíblia diz que devemos ser submissos às autoridades constituídas.

Rafael sentiu um aperto seco na garganta.

— A autoridade foi criada para proteger a justiça, Dora, não para transformar a mentira em política de Estado. Quando o tribunal pune quem busca a verdade e premia quem a oculta, o que resta da lei?

O rosto de Dora endureceu.

— Cuidado com essas palavras, Rafael. O Ministério da Estabilidade monitora esse tipo de retórica. Seria uma pena ver um arquivista promissor como você arruinar a própria estabilidade por causa de ideias radicais.

Henrique puxou o assunto para o jogo de futebol do fim de semana, e a tensão dissolveu-se na conversa rotineira do refeitório.

Rafael terminou o almoço em silêncio. Da janela, observou a praça ensolarada lá embaixo: os casais caminhando entre os canteiros floridos, os bondes amarelos circulando em sincronia, as crianças correndo ao redor do chafariz de mármore.

A cidade parecia perfeita. Próspera, pacífica, civilizada.

Mas sobre sua mesa, no terceiro andar, a pasta de capa vermelha trazia a ordem expressa para incinerar os registros da vontade popular antes do pôr do sol.

A decadência de Kestern não precisara de armas ou tanques de guerra. Precisara apenas da concordância silenciosa de homens e mulheres que decidiram que o conforto valia mais do que a verdade.

4 *Amostra Grátis Concluída*

Você acabou de ler a amostra grátis de **A República do Silêncio**.

Para continuar sua leitura e descobrir o desfecho completo desta jornada, adquira a obra completa em nosso portal:

 **[CLIQUE AQUI PARA COMPRAR O EBOOK COMPLETO](#)**

YotserLab Editorial — Veritas Yotser Book Stack